

## Legislações Federais, Estaduais e da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo (SES - SP) acerca da Política de Arquivos, Gestão Documental e Acesso à Informação

- Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso CADA e SubCADAs;
- Serviço de Informações ao Cidadão SIC;
- Programas de implantação de Sistemas de gestão de documentos digitais;
- Demais servidores e colaboradores da Secretaria de Estado da Saúde;

Essa relação de Atos Normativos

- Constituição da República Federativa do Brasil:

Título VIII, Ordem Social [...]; Capítulo III; Da Educação, da Cultura e do Desporto [...]; Seção II; Da Cultura; Artigo 216.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão documental governamental e as providências para franquear sua consulta os quantos dela necessitem;

 $\frac{https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON\&numero=\&ano=1988\&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a$ 

- Lei Federal de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;

https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l8159.htm

- Lei Federal de Acesso (Lei de Acesso à Informação - LAI) nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o disposto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II, do § 3º, do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal;

https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

- Lei Federal nº 12.682, de 09 de julho de 2012, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos – Art. 2º-A;

http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2011-2014/2012/lei/l12682.htm

- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet);

https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

- Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a declaração de direitos de liberdade econômica - Arts. 3º e 10º;

http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm#:~:text=Art.,IV%20do%20caput%20do%20art.



- Lei Estadual nº 14.470, de 22 de junho de 2011 que dispõe sobre a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, na forma que especifica;

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14470-22.06.2011.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20separa%C3%A7%C3%A3o%20dos,estadual%2C%20na%20forma%20que%20especifica

- Decreto Federal nº 10.278, de 18 de março de 2020, que regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais;

https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.278-de-18-de-marco-de-2020-248810105

- Decreto Estadual nº 22.789, de 19 de outubro de 1984, que institui o sistema de arquivos do Estado de São Paulo - SAESP;

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22789-19.10.1984.html

- Decreto Estadual nº 29.838, de 18 de abril de 1989, que dispõe sobre a constituição da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo nas Secretarias de Estado e dá outras providências;

 $\frac{\text{https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-29838-}{18.04.1989.\text{html}\#:\sim:\text{text=Disp\%C3\%B5e\%20sobre\%20a\%20constitui\%C3\%A7\%C3\%A}}{30\%20de,as\%20disposi\%C3\%A7\%C3\%B5es\%20do\%20Decreto\%20n}.$ 

- Decreto Estadual nº 48.897, de 27 de agosto de 2004, que dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, definem normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo;

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48897-27.08.2004.html

- Decreto Estadual nº 60.144, de 11 de fevereiro de 2014, que institui a Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAI e dá providências correlatas;

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60144-11.02.2014.html

- Decreto Estadual nº 60.334, de 03 de abril de 2014, que aprova o Manual de Normas e Procedimentos de Protocolo para a Administração Pública do Estado de São Paulo;



https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60334-03.04.2014.pdf

- Decreto Estadual nº 63.382, de 9 de maio de 2018, que dispõe sobre atualização do PCTTD - Meio (instituído pelo anterior Decreto Estadual nº 48.898, de 27 de agosto de 2004);

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63382-09.05.2018.html

- Decreto Estadual nº 63.936, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a administração, operação e implantação progressiva do Sistema SPDoc e dá providências correlatas;

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63936-17.12.2018.html

- Decreto Estadual nº 64.355, de 31 de julho de 2019, que institui o Programa SP Sem Papel, seu Comitê de Governança Digital e dá providências correlatas;

 $\frac{https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2019/decreto-64355-31.07.20\underline{19.html}$ 

- Decreto Estadual nº 64.790, de 13 de fevereiro de 2020, que institui a Central de Dados do Estado de São Paulo - CDESP, a Plataforma Única de Acesso - PUA e o Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas;

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64790-13.02.2020.html

- Decreto Estadual nº 65.347, de 09 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a aplicação da Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no âmbito do Estado de São Paulo;

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-65347-09.12.2020.html

- Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a formalização de processo administrativo no âmbito da Administração Pública estadual, institui o Sistema Eletrônico de Informação do Estado de São Paulo - SEI/SP e dá providências correlatas;

https://portal.sei.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/Decreto-n.-67.641 SEI-2.pdf

Decreto Estadual nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023, que regulamenta no âmbito estadual, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso às informações e dá outras providências;

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68155-09.12.2023.html



- Instrução Normativa nº APE/SAESP - 01, de 10 de março de 2009, que estabelecem diretrizes e define procedimentos para a gestão, a preservação e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao%20Normativa 10 3 2009.pdf

- Instrução Normativa APE/SAESP - 2, de 2 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a avaliação da massa documental acumulada e procedimentos para a eliminação, transferência e recolhimento de documentos à Unidade do Arquivo Público do Estado

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao Normativa APE SA ESP 2 de%2002 de dezembro de 2010.pdf

- Instrução Normativa APE/SAESP-3, de 14-9-2015, que estabelece critérios complementares à Instrução Normativa APE/SAESP-2, de 2-12-2010, para o recolhimento de documentos à Unidade do Arquivo Público do Estado, visando a efetiva aplicação do Dec. Est. 60.145-2014

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao Normativa APE-SAESP-14-10-2015.pdf

- Portaria UAPESP/SAESP 1, de 4-12-2018, que dispõe sobre diretrizes para a contratação de serviços arquivísticos visando à execução de atividades técnicas auxiliares.

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/104 Portaria UAPESPSAESP 1 de 04 12 2018.pdf

- Portaria UAPESP/SAESP - 5, de 05 de agosto de 2021 que orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual sobre a digitalização de documentos públicos, a gestão e a preservação de seus representantes digitais para que produzamos os mesmos efeitos legais de documentos originais;

http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2021/Agosto/06/exec1/pdf/p q 0008.pdf

- Portaria UAPESP/SAESP - 8, de 28 de março de 2022, que altera a Portaria UAPESP/SAESP - 7, de 21 de janeiro de 2022 que orienta a destinação ao Fundo Especial de Despesa da Unidade do Arquivo Público do Estado - FEARQ de receitas decorrentes da alienação de aparas de papel e outros materiais resultantes da eliminação de documentos;

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/Portaria%20UAPESPSAESP-%207%20de%2021.1.2022.pdf



- Portaria UAPESP/SAESP - 9, de 18 de abril de 2022, que acrescenta o ANEXO II à Portaria UAPESP/SAESP - 1, de 04 de dezembro de 2018, com as especificações técnicas para contratação de serviços de digitalização de documentos públicos estaduais;

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/portaria uapesp saesp 9 de 18 \_ 4 \_ 2022.pdf

- Portaria UAPESP/SAESP - 10, de 14 de dezembro de 2022, que estabelece critérios e procedimentos complementares para a eliminação, transferência ou recolhimento de documentos digitais, produzidos e armazenados por órgãos e entidades integrantes do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP;

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/portaria uapesp saesp 10 de 14 12 2022.pdf

- Portaria UAPESP/SAESP - 11, de 16 de janeiro de 2023, que orienta a aplicação da Lei n. 12.527/2011(Lei de Acesso à Informação) e de seu regulamento estadual, Decreto n. 58.052/2012, nos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo -SAESP;

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/portaria uapesp saesp 11 de 16 1 2023.pdf

- Resolução SGGD - 15, de 14 de setembro de 2023, que Aprova o "Manual de Usuário", a "Cartilha de Orientação", o cronograma de implantação, mantém a produção e trâmite do serviço "Demandas" do Programa SP Sem Papel, regula a adm. setorial, o peticionamento eletrônico e o cadastro de usuários e SEI;

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/resolucao\_sggd\_15\_de\_14\_09\_2023.pdf

- Resolução SS - 64, de 08 de agosto de 2017, que dispõe sobre classificação de documentos, dados e informações sigilosas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde;

- Resolução SS 86, de 16 de setembro de 2019, homologa o Plano de Classificação, o Índice Remissivo e Permutado e a Tabela-Fim da Secretaria de Estado da Saúde (PCTTD-FIM) e dá providências correlatas.
- Resolução SS 118, de 11 de agosto de 2020, homologa a atualização do Plano de Classificação, o Índice Remissivo e Permutado e a Tabela-Fim da Secretaria de Estado da Saúde (PCTTD-FIM) e dá providências correlatas.
- Resolução SS 109, de 25 de agosto de 2022, que homologa a atualização do Plano de Classificação, o Índice Remissivo e Permutado e a Tabela Fim da Secretaria de Estado de Saúde (PCTTD-FIM) e dá providências correlatas;



https://saude.sp.gov.br/legislacao/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude/acessar-os-informes-eletronicos/2022-2/maio/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude-no-99-26-05-2022/

## Publicações e referências bibliográficas:

"Política Pública de Arquivos e Gestão Documental do Estado de São Paulo", São Paulo: Arquivo Público do Estado/Secretaria de Orçamento e Gestão, 2022, São Paulo, SP, 3ª edição, 404 pp.

Sites:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/legislacao

https://www.imprensaoficial.com.br/#04/10/2019

\_\_\_\_